



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

de Carvalho, José Jorge

As propostas de cotas para negros e o racismo acadêmico no Brasil

Sociedade e Cultura, vol. 4, núm. 2, julio-diciembre, 2001, pp. 13-30

Universidade Federal de Goiás

Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70311216001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



## AS PROPOSTAS DE COTAS PARA NEGROS E O RACISMO ACADÊMICO NO BRASIL \*

José Jorge de Carvalho\*\*

### Resumo

Neste texto, oriundo da transcrição de palestra proferida no dia 15 de agosto de 2002, ocasião em que foi lançado o Projeto Passagem do Meio: Qualificação de Alunos(as) Negros(as) para Pesquisa Acadêmica na UFG, o autor defende a necessidade de cotas nas universidades federais, a fim de que o quadro de ausência de alunos negros no ensino superior seja revertido. A argumentação é dirigida ao convencimento do quadro docente dessas universidades, uma vez que serão os professores dessas instituições que terão de decidir acerca da adoção das ações afirmativas nas universidades.

Palavras-chave: Ação Afirmativa; Cotas; Universidades Federais.

Primeiro eu gostaria de conectar esta fala com a última vez que falei aqui para mostrar o quanto já avançamos em relação à discussão que tivemos há três anos. A discussão sobre ações afirmativas nas universidades brasileiras ainda é muito pontual. A dívida da classe acadêmica com a tentativa de implementação de medidas de reparação é uma dívida altíssima e que apenas começa, de uma certa maneira, a ser equacionada. Mas, em um curto espaço de tempo, em apenas três ou quatro anos, certamente avançamos mais do que o fizemos em décadas. Embora seja um processo lento, podemos fazer uma leitura positiva pela seguinte razão: estamos construindo um espaço de discussão que vai ser difícil que o fechem. Eu acho que vai ser mais difícil a partir de agora silenciar a questão da ausência dos negros na universidade.

\* Palestra proferida na UFG no dia 15 de agosto de 2002, na ocasião do lançamento do Projeto Passagem do Meio: Qualificação de Alunos(as) Negros(as) para Pesquisa Acadêmica na UFG

\*\* Professor do Departamento de Antropologia da UnB, proponente das políticas de cotas para negros naquela instituição.



Então eu quero mostrar o que temos no momento, como era antes e depois para analisar mais detalhadamente a situação das universidades federais.

Na verdade, a grande barreira que é o vestibular – esta forma absurda de exclusão do vestibular universalista brasileiro – começa a quebrar este ano, no ano de 2002. A UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense) adotaram um vestibular que não é mais universalista. Como vocês devem saber, por um decreto do governador e da Câmara Estadual do Estado do Rio de Janeiro, o processo seletivo da turma de 2003 reservará 50% das vagas para os alunos egressos de escola pública e 40% das vagas para os alunos afro-descendentes.

Como se sobrepõem os alunos de escola pública e os alunos afro-descendentes, isto significa que a UERJ e a UENF não estão mais abertas somente ao mercado dos cursinhos. Não podemos separar o ingresso nas universidades do mercado dos cursinhos. A vaga do vestibular no Brasil tem um valor. A não ser em casos muito excepcionais, podemos até chegar a descobrir quanto custa uma vaga numa universidade brasileira: em tempo e em dinheiro.

Pela primeira vez, isso começa a mudar por meio dessas decisões no Estado do Rio de Janeiro. A outra notícia também bastante espetacular, é a decisão do Conselho dos Professores da Universidade Estadual da Bahia (Uneb). Na Universidade Estadual da Bahia, 40% das vagas de todos os núcleos estão reservadas para afro-descendentes na graduação e na pós-graduação. Essa modificação já será implementada no processo seletivo da turma de 2003. Isto significa que a decisão na Uneb é mais ampla do que na UERJ e na UENF.

Além dessas modificações no plano estadual, gostaria de continuar mencionando o quadro geral das universidades estaduais para depois ver como estão as federais.

Vocês devem saber que a Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat) tem se dedicado à formação de indígenas. Nesta universidade, foi formada uma turma de 200 índios, que estão cursando o primeiro ano: 120 índios do Estado do Mato Grosso e 80 do resto do país.

A Universidade Estadual do Paraná, também por um decreto estadual, tem de reservar duas vagas de cada um dos cursos de todos os seus núcleos para os índios do Paraná.



Fiquei sabendo ontem que a Universidade Estadual do Amazonas começa a ter algumas ações no sentido da construção de uma universidade mais diversa. Começam a ser assinados alguns convênios para a formação de índios para que eles ingressem na Universidade Estadual do Amazonas.

As duas universidades metodistas, a Unimesp (Universidade Metodista de Piracicaba) e a Umesb (Universidade Metodista de São Bernardo), que são duas grandes universidades particulares do Brasil, reservaram cinco vagas e cinco bolsas cada ano para negros. Ainda é pouco, mas de qualquer forma é uma sinalização que vem no sentido da ampliação das oportunidades para a população negra brasileira. Há de se notar que é uma medida implementada por uma denominação religiosa no país, pelas igrejas luteranas.

Apesar de pontual, ainda podemos mencionar as ações da Educafro. Essa entidade, que é dirigida pelo frei Davi Raimundo Santos, consegue bolsas de estudo para alunos negros e carentes. É uma política da Educafro unir sempre negros e carentes. As suas atuações são mais incisivas nas universidades católicas, nas PUCs; mas a Educafro, através do frei Davi, tem conseguido bolsas em instituições ligadas a outras denominações religiosas, como a Metodista de São Bernardo.

Diante deste quadro, podemos dizer que a grande barreira neste momento para uma intervenção anti-racista no Brasil são as universidades federais. Para mim, não há dúvida quanto a isso, quanto mais participo de debates, mais fica claro o quanto de resistência existe na categoria dos professores universitários. Por muito tempo eu imaginei que a luta pela ação afirmativa deveria ser construída em cima da demonstração da ausência de alunos negros nas universidades brasileiras.

Mas, na verdade, eu penso que a argumentação deve ser dirigida para o convencimento dos professores. Por quê? Porque os professores são uma corporação, um segmento de poder com uma ideologia própria, com um acesso direto ao poder e com uma capacidade de reproduzir a elite brasileira. O Estado entrega aos professores universitários 95% do poder de reproduzir a elite. Então, quem vai modificar o perfil racial da elite brasileira serão os professores universitários, toda a pressão das cotas para negros tem de ser colocada em cima dos professores universitários. Inclusive a própria resistência do ministro é pequena diante do poder que os professores teriam. Se os professores fazem uma greve



e derrubam o ministro, eles poderiam perfeitamente adotar cotas mesmo se o ministro não quisesse.

Então é preciso balancear, por um lado, a intervenção dos professores universitários nesta luta contra o racismo no Brasil e, por outro, a convivência com o racismo. Assim, gostaria de enfatizar que é preciso compreender o racismo acadêmico e este somente pode ser compreendido no momento que compreendermos a classe dos professores universitários e a maneira como eles se comportam diante do racismo brasileiro.

Nunca se discutiu tanto a exclusão dos negros nas universidades brasileiras como tem sido feito nestes dois últimos anos. O Brasil está sendo pressionado de fora para dentro, assim como o regime do apartheid da África do Sul também foi. É claro que houve uma grande luta interna capitaneada por Nelson Mandela, mas não podemos perder de vista que a pressão externa foi essencial para que o apartheid fosse eliminado, não devemos esquecer que a África do Sul foi pressionada por meio de embargo econômico durante décadas. Mesmo em países racistas como a Inglaterra, uma parte da população inglesa pressionava o governo para desenvolver ações contra o regime da África do Sul. Sem dúvida nenhuma, parte da luta para acabar com o apartheid se deveu ao papel desempenhado pela comunidade internacional, enquanto uma outra parte se deveu a uma luta interna de negros e brancos anti-racistas.

No ano 2000, o Brasil foi finalmente pressionado pela comunidade internacional a mostrar que tipo de relação racial nós temos aqui. Por quê? Porque os nossos professores passavam o tempo todo no exterior dizendo que nós tínhamos uma democracia racial, que aqui tinha uma mestiçagem, que nós não tínhamos racismo. Não quero citar nomes, mas algum dia eles vão aparecer no papel. Uma quantidade de professores que andou dando conferências nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, contando uma mentira lá fora, a saber, que aqui as relações raciais eram ótimas, que o problema eram os Estados Unidos e a África do Sul. O Estado brasileiro preparou uma elite para mentir sobre a natureza do país no exterior.

Entretanto, no ano de 2000, depois que uma leva de intelectuais acadêmicos, sobretudo norte-americanos, veio ao país, descobriu-se que o que esses professores brasileiros falavam no exterior não condizia com a realidade. Esses intelectuais estrangeiros que nos visitaram disseram,



em suma, que a realidade no Brasil, no que diz respeito às relações raciais, é bem pior do que o que fora apresentado. Conseqüentemente, pressionaram o Brasil a preparar um perfil a ser apresentado na reunião mundial contra o racismo na África do Sul. Essa interpelação do exterior levou o Ipea a juntar dados que muitas pessoas já sabiam sobre as nossas relações raciais. Só que esses dados apareceram na mídia, aqui está a novidade. Assim, muitos jornalistas, que provavelmente não tinham a clareza sobre esses dados porque sempre confiaram no que os professores universitários diziam, se surpreenderam com o grau de desigualdade racial entre nós. Logo, esses dados do Ipea foram decisivos para a ampliação da discussão de políticas públicas de combate às desigualdades entre nós. Então, o professor Roberto Martins, diretor do Ipea, se tornou uma figura conhecida nacionalmente porque ele andava pelo Brasil inteiro. Ele projetava na parede uns gráficos impressionantes sobre a exclusão racial. Todos os dados relativos ao emprego, à saúde, à escolaridade revelavam que quem é negro só leva desvantagem no Brasil. Os dados do Ipea são irrefutáveis. Eu nunca vi em nenhum lugar ninguém que tenha conseguido desmontar esses dados, ninguém que minimamente tenha se apresentado para contra-argumentar. Já se vão mais de dois anos que esses dados estão sendo distribuídos pelos jornais, na televisão e em todos os lugares.

Então, a conferência de Durban certamente ajudou a luta anti-racismo no Brasil. Muitos que diziam que nós não tínhamos racismo se calaram ou não encontraram mais oportunidades para se pronunciar com a mesma liberdade que se pronunciavam antes.

Desses dados do Ipea e dos que foram divulgados recentemente, eu menciono os seguintes:

O provão revela que apenas 2% da população universitária brasileira são alunos negros, ou seja, o exame oficial do Ministério da Educação revela a exclusão do negro do sistema de ensino no Brasil.

Outro dado surpreendente é o de que num curso como Odontologia, um curso chamado de prestígio, que garante altos salários, apenas 0,7% dos alunos que se formaram no ano 2000 eram negros, pretos e pardos juntos. Ou seja, Odontologia é um curso branco. O mesmo pode ser dito para o curso de Medicina e Direito, para citarmos apenas dois. Medicina é um curso completamente branco, Direito é um curso branco.

A UnB não sabe quando foi a última vez que teve um aluno negro na Medicina, não se sabe se foram três, quatro ou cinco anos atrás. Já



perguntei aos professores, que não têm nem memória de quando tiveram um aluno negro. Existem professores na UnB que nunca viram um aluno negro na frente deles na sala de aula. Os professores das Faculdades de Saúde, de Jornalismo, de Direito, de Relações Internacionais, de Medicina, de Odontologia nunca viram um aluno negro. Nesses cursos não entram negros.

A partir desses dados, eu gostaria de perguntar o seguinte: como está o Brasil comparado com esses outros lugares? Nós estamos piores do que a África do Sul. A África do Sul foi por muito tempo o lugar de horror das relações raciais e o Brasil seria o paraíso das relações raciais.

Porém, na África do Sul, qualquer campus universitário é mais multirracial do que a UnB, do que a UFG, do que a Unicamp, do que a USP. Imediatamente, após o apartheid, os campi se tornaram multirraciais. Isso é fácil de vocês constatarem, é só entrar em qualquer site das universidades sul-africanas, acessar determinado departamento, e verão nomes de origem holandesa e inglesa, nomes de origem africana e indiana. Assim, a partir dos nomes vocês deduzirão que há a presença de descendentes de indianos, de negros e brancos de origem holandesa e inglesa nas universidades sul-africanas. Com dez minutos de pesquisa, vocês verão que as universidades da África do Sul são mais multirraciais que as nossas. Então essa idéia de que somos melhores do que os sul-africanos acabou. Se estendermos o olhar para o corpo discente das universidades brasileiras e da África do Sul, constataremos a mesma coisa, a saber, o maior número de negros entre os africanos.

Vão para os Estados Unidos, a mesma coisa! Vocês conseguirão identificar os afro-americanos, pois todas universidades americanas expressam a porcentagem racial dos seus quadros, porque isso é uma coisa que conta moral e financeiramente para elas. As universidades e os colleges têm de provar que são multirraciais, porque isso é um ponto importante para legitimá-los junto às fontes financiadoras de pesquisa. Uma grande preocupação das universidades norte-americanas reside na construção de uma imagem favorável aos grupos socialmente marginalizados, isto é, elas se preocupam profundamente em transmitir a imagem de que elas são inclusivistas, isto é um valor para essas universidades.

Vou falar mais claramente dos Estados Unidos, que eu sei que é um país tão crucial na nossa vida, posto que nos impõe uma referência central.



Nos anos 60 e 70, os nossos cientistas sociais, os nossos ideólogos, sempre diziam que o Brasil era um lugar integrado, um lugar multirracial, que tinha democracia racial, enquanto os Estados Unidos eram um país de segregação racial, racista, intolerante, violento, que linchava negros; logo os negros não tinham acesso a nada naquele país. Todavia, o que estamos vendo concretamente é o seguinte: como diz Thomas Skidmore, os Estados Unidos estão se transformando em um país multirracial, onde o tempo todo se fala numa perspectiva que visa contemplar os latinos, os mexicanos, os indígenas, os negros, os asiáticos e os brancos. Eu não estou dizendo que aquilo seja um paraíso, mas em amplos setores da sociedade há pressão para que haja uma integração ao mercado de trabalho, acesso aos benefícios, acesso aos cursos superiores, possibilidades de ascensão social, possibilidades de uma maior rentabilidade, possibilidade de acesso aos espaços de poder da sociedade.

Eu perguntei anteontem, quando estava no Ministério da Justiça em Brasília, a duas professoras norte-americanas do Bates College, uma instituição do ensino superior do Estado do Maine, um Estado bem próximo ao Canadá, um Estado muito branco, da chamada Nova Inglaterra. O Maine é um lugar tradicionalmente muito racista, vamos colocar nestes termos. Um lugar bem plantado do mundo dos protestantes brancos, um Estado majoritariamente branco. Nesse Estado do Maine, a meta dessas duas professoras, que são da área de ação afirmativa, é de num prazo de cinco anos, começando agora, ter 25% de estudantes não-brancos no College. Isto é, transformar o College num espaço multirracial: colocar índios, negros, asiáticos, latinos para que este college tenha mais prestígio. Se ele continuar branco como está agora, ele estará perdendo prestígio.

Aí não há nenhuma discussão do capital, nenhuma proposta socialista, nenhuma proposta renovadora da ordem do capital; todo mundo pode acumular riqueza. Mas, digamos assim, celebra a diversidade. Seja como for, pelo menos alguns passaram a ser bilionários: índios bilionários, latinos bilionários, negros bilionários. Seria este mais ou menos o ideal que está sendo colocado para aquele college do Maine.

Agora, eu quero contrastar isso com o que acontece no Brasil. O que nós fizemos aqui? O que os professores de Ciências Sociais, História, Ciência Política, Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia falam? Como estamos nós?





A Universidade de Brasília tem 1400 professores, apenas 14 são negros. Num universo de 1400, 1% de negros. Lembrem-se que o Distrito Federal tem 63% de pretos e pardos. O Distrito Federal é a terceira região metropolitana mais negra do Brasil, depois de Salvador e São Luís do Maranhão, mais do que o Rio de Janeiro. Isso é um dado que assusta porque as pessoas não param para ver isso aí. Isso saiu num dado da Câmara dos Deputados, no ano 2000. Como é possível essa ausência? Tem mais um agravante, desses 14 professores, nós conhecemos apenas quatro que se reconhecem como negros, dez não querem se auto-identificar. Mas tudo bem. Isso é outra questão, as pessoas têm o direito, lutaram para chegar a ser um professor universitário, sofreram muito para chegar lá e, por enquanto, não querem se apresentar diante dos seus colegas desse modo porque em geral são professores que estão isolados num colegiado. Não sei como é o cotidiano desses professores, mas o fato é que eles procuram não participar muito desses debates.

A PUC/Minas, vamos compará-la com a África do Sul. A PUC/Minas é uma universidade gigantesca, que tem 35 mil alunos, é a quinta maior universidade do país. Ela já tem inclusive vestibular específico para os moradores das periferias de Belo Horizonte. Há também um grande movimento na PUC/Minas por ações afirmativas. Ela tem 2 mil professores, só 25 são negros. Ficamos mais ou menos no 1% que estava na UnB.

E o professor Joaze me entregou agora os dados sobre a UFG. Eu sei que esses dados não são precisos, não são exatos, mas mesmo que tenhamos uma margem de erro de 10% a 20%, a gente precisa ter uma imagem desse panorama. Os dados são fundamentais, porque eles acabam com mitos, acabam com retóricas. De 1130 professores, o professor Joaze calcula – mesmo que ele erre 10 para mais 10 para menos –, eles são apenas 15. Ainda não chegam a 2%.

O professor João Batista Borges Pereira, da USP, deu-me um dado que revela decididamente o grau de exclusão racial nas nossas universidades. A FFLCH, a Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da USP – um dos nossos principais centros de reflexão sobre o país, onde estão Roberto Schwartz, Marilena Chaui e tantos nomes conhecidos nacionalmente, como Antonio Candido –, de 504 somente um é negro. Esse único negro é africano, não nasceu no Brasil, não se formou no Brasil. Então podemos considerar que, com a morte de Milton



Santos, a FFLCH, a principal faculdade de referência, que escreve continuamente livros sobre a nação, sobre a sociedade brasileira, sobre o pensamento social brasileiro, é branca! É uma faculdade branca, esta é a leitura que os brancos estão fazendo da história do Brasil, dos bandeirantes, da cordialidade brasileira, da mestiçagem brasileira, da modernização, das características da literatura brasileira. É um grupo de 504 brancos que descrevem o Brasil.

A grande mudança de uns quatro anos para cá é que antes a academia brasileira não tinha cor. A cor não era colocada nem pensada como uma questão. As nossas universidades não são multirraciais de modo algum. O nosso plantel acadêmico é completamente branco. A partir dos últimos quatro anos, começamos a ler racialmente as nossas universidades. Esta que é a grande mudança na maneira de falar e de escrever a nossa realidade. Até então não tinha cor, o CNPq não tinha cor. O CNPq era apenas universalista, os melhores entravam. Tem cinquenta anos que tem o mesmo perfil, não muda. E eu ainda dou mais um argumento para dizer como é difícil mover isso. Recentemente, saiu um livro chamado Cientista do Brasil, composto de entrevistas concedidas por cientistas brasileiros de todas as áreas, para fazer um perfil dos 65 anos da SBPC. Esse livro tem as fotos de todos os cientistas brasileiros que eles escolheram. Tem um único negro, que no ano passado faleceu, Milton Santos. Tinha um em 65, todos os outros eram brancos. Interessante que nesse depoimento o próprio professor Milton Santos não fala de suas origens. Ele não quis abordar a questão racial. Ele sabe muito bem o que deve ter sido viver no mundo branco dos professores universitários: um peixe completamente fora d'água. Ele preferiu não se construir desse modo. Mas não deixa de ser dramático. A jornalista fez a pergunta e ele se esquivou. Ele não quis falar sobre isso.

Aí a gente pode generalizar. Para chegar às cotas, para que os alunos negros entrem na universidade, nós temos de dizer que quem vai decidir as cotas serão brancos. Esse ponto é fundamental. Se vocês aumentam esse panorama, vocês verão a exclusão dos negros de qualquer área do saber no Brasil. Por quê? O Museu Nacional é branco, o Museu Goeldi é branco, todos os pesquisadores de Magalhães são brancos, todos os pesquisadores da Coope da UFRJ são brancos, todos os pesquisadores do Impa (Instituto de Matemática Pura e Aplicada) também são brancos,



da Oswaldo Cruz, do Butantã, são brancos. Para onde você olhar, a ciência brasileira está inteiramente branca. Isso foi construído assim, faz mais de quarenta anos.

Então, como vamos mudar isso? Por isso, a luta na UnB é tão difícil, a luta na UFG também não vai ser fácil, na USP que nem sequer começou, na UFRJ que nem sequer começou também, porque nem sequer entrou na consciência das pessoas que nós estamos pior que a África do Sul, que nós estamos pior que os Estados Unidos. As pessoas não querem admitir o que nós construímos durante o século XX. Por quê? Porque os cientistas sociais ajudaram a mentir.

O que acontece é que formar esse quadro não é fácil, a gente está falando de um assunto que quase ninguém fala. É como se fôssemos descrever pela primeira vez uma paisagem. Imaginem agora se eu comesse a dizer como é a Nova Guiné. A Nova Guiné é caracterizada por um tipo de pântano muito profundo. Há árvores de cinquenta metros e montanhas. Logo em seguida tem muitos vales etc. Fica complicado. Mas se todos os dias uma pessoa comesse a falar de repente como é a paisagem da Nova Guiné, fica mais fácil. Como muitos imaginam os Estados Unidos, sem nunca ter ido lá. Simplesmente porque se nomeiam muito as paisagens. Então eu sinto que falar que as universidades brasileiras são brancas é algo parecido com isso, é um argumento que é poucas vezes invocado. Inclusive porque os professores não gostam de dizer que uma pessoa é branca, nunca se fala de branco no Brasil. Não estamos acostumados a ver o Brasil polarizado. Porém, na realidade, o Brasil é uma sociedade polarizada nas áreas de poder, onde as decisões são tomadas; nas áreas de prestígio e nas áreas de concentração de renda, o Brasil é polarizado. É o “Brasil branco” que é o que diz o Ipea. Existem dois brasis, o Brasil rico de brancos e o Brasil pobre de negros. Isso está no texto do Ricardo Henrique, no site do Ipea. Após uma análise dos dados, esta é conclusão a que Ricardo Henriques chega. A dificuldade está, em primeiro lugar, em falar deste assunto. Porque existe um discurso que já foi construído e que diz o oposto, a saber, que o Brasil foi integrado ao longo do século, desde o final da escravidão.

Construímos uma auto-representação falsa acerca das nossas relações raciais, a questão que colocamos agora é saber como vamos sair disso. Então, eu quero dizer como isso foi construído. Se vocês



quiserem somente os dados dos alunos para ter idéia do que significa entrar na universidade no Brasil, então eu vou dar um exemplo: o Sigma, um dos principais colégios particulares de Brasília, que tem um dos cursinhos preparatórios mais poderosos, que mais leva estudantes para UnB, tem 3 mil alunos. No ano passado, tinha dois negros, uns meninos que tocavam maracatu. De 3 mil alunos, apenas dois negros, o que é isso? Onde estamos? Nem a África do Sul é assim. Como pode existir um colégio que de 3 mil alunos só tem dois alunos negros, numa cidade de 63% de negros? Isso não deveria sequer ser permitido, já entraria na pauta dos direitos humanos, isso não está apenas na pauta de mercado. Existem alguns países do mundo que não permitem um negócio desses. O colégio devia ser obrigado a integrar os alunos. Na verdade, há muito tempo um colégio como o Sigma deveria ter sido forçado a reservar um número de vagas para os alunos negros de Brasília. Não deveria ser permitido por razões de direitos humanos, porque está formando uma geração de pessoas insensíveis aos negros. Como uma pessoa que vive em uma cidade com 63% de negros, que na hora que se formou, ele não teve nenhuma relação afetiva com nenhum negro? Um juiz de direito, um médico, qualquer cargo que tenha relação com o público, como ele vai tratar um negro? Se os negros são seres que não têm registro na paisagem pessoal e existencial de um jovem do Sigma? Essa realidade tão comum no Brasil predispõe negativamente qualquer pessoa branca em relação aos negros, assim é natural que essas pessoas se oponham à implementação de ações afirmativas no Brasil. Então, já da parte dos estudantes, para vocês verem, temos uma resistência contra as ações afirmativas.

Da parte dos professores, tem-se uma resistência clara. Eles não querem distribuir os privilégios que eles detêm para qualquer um. Da parte dos estudantes, eu acho que eles poderiam incorporar as demandas mais facilmente. O estudante, em geral, está mais aberto para a novidade, poderia incorporar mais facilmente. A questão com os estudantes é a sensibilidade. Como transformar essa sensibilidade? Por quê? Porque nós temos em cidades como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia uma casta de jovens de classe média que vive num Brasil completamente branco. Pessoas que nasceram em um condomínio ou em conjuntos habitacionais de brancos ricos. Foram a um jardim de infância branco, à escola branca, à discoteca branca, aos clubes brancos, quando vão ao



shopping estão ligados somente aos brancos, passam no vestibular por meio de um cursinho branco. Todos os seus colegas são brancos. A relação que essas pessoas têm com os negros é uma relação sempre marcada pela desigualdade: o negro é a pessoa que cuida dos seus carros, é o porteiro. Os negros não fazem sentido para essas pessoas brancas, não habitam a imaginação dos brancos numa situação de igualdade. Isso foi construído no Brasil principalmente nos últimos quarenta anos e para desmontar essa estrutura não é fácil.

Falando dos Estados Unidos, Thomas Skidmore diz o seguinte: ele cansou de ver brasileiros nos Estados Unidos falando que o Brasil era um país integrado e os Estados Unidos eram um país polarizado. A trajetória de pesquisador dele, Skidmore, diz que os Estados Unidos agora são um país multirracial e o Brasil está ficando cada vez mais polar.

Então, para concluir, estou dizendo o seguinte. A exclusão racial nas universidades brasileiras cresceu nos anos 60 e principalmente nos anos 70. O estrago em cima da comunidade negra feito pela ditadura foi maior do que em qualquer período anterior. O estrago que os negros sofreram, que os brancos imputaram aos negros de 1888 a 1964, foi menor que o de 1964 a 2000. A minha hipótese é a seguinte. No censo de 1950, não se tinha, entre médicos e engenheiros, nem mil profissionais negros contra 40 mil brancos, esses dados podem ser conferidos no livro de Clóvis Moura, que se chama O negro de bom escravo ao cidadão. O censo de 1950 mostra que os negros estavam excluídos absolutamente do convívio social no Brasil. Naquele censo, os pardos eram 48%. Então, foi naquele censo que se construiu a imagem do Brasil como um país moreno, um país mestiço. Toda essa teoria da morenidade foi construída com esse discurso dos anos 50. Aí veio o censo de 1960 e só recentemente eu fiquei sabendo de uma informação que para mim é crucial. Logo depois de ter sido feito a coleta de dados para o censo de 1960, os militares tomaram o poder em 1964 e pararam o processamento das fitas. Eles proibiram o processamento dos dados, então o Brasil ficou com o censo de 1950 vigente. O número de mulatos é muito alto em 1950 porque este censo reflete um imaginário social que enaltecia a morenidade. Em 1960, os militares não deixaram processar o quesito cor. Em 1970, eles fizeram algo pior, eles tiraram o quesito cor dos questionários do IBGE. Então, nos anos 60, 70 e início dos anos 80, nós ficamos falando que o Brasil era um país moreno, porque não tínhamos nenhum dado, isto era pura



ideologia construída pelos cientistas sociais em cima de uma realidade imaginária dos anos 40. Os dados que dispúnhamos eram do censo de 1950, que refletia os valores, ideais, estereótipos dos anos 40. Assim, era muito confortável dizer que no Brasil não tinha problema negro, simplesmente porque não existiam dados que refletiam os anos 70 e 80. Nos anos 70 e 80, o Brasil era um país de mulatos, de morenos. Daí a idéia das mulatas do Sargentelli, daí toda a apologia à mulataria. Não tinha problema nenhum. Éramos o paraíso racial.

Paremos, por um momento. Durante os anos 60 e 70 – durante a ditadura militar –, o Brasil expande seu sistema universitário como nunca. Ela passa de uns 80 mil universitários para uns 500, 600, 700 mil nos princípios dos anos 70. Um crescimento incrível. O Brasil se endivida internacionalmente e funda várias universidades federais. Ao lado da fundação das universidades, há o crescimento do CNPq, que passou a investir nessas décadas pesadamente para o desenvolvimento das pós-graduações em todo o país, em todas as áreas. Assim, nesse período, cresceu o CNPq, cresceram Manguinhos, Goeldi, o Museu Nacional; enfim, as principais instituições de pesquisa do nosso país. O resultado desse crescimento espantoso é que o nosso parque acadêmico – ao lado do parque acadêmico da Índia e da Austrália – passa a ser um dos maiores do Terceiro Mundo.

A minha teoria é a seguinte: nosso parque acadêmico cresceu nos anos 70 e se consolidou sem nenhum negro no meio. Jogando todos os negros do lado de fora. Pois foram os brancos que tomaram todo esse dinheiro e fundaram todas essas universidades. Foram os professores da USP, que formou uma leva de universitários que depois se tornaram professores das universidades federais. Os formados na UFRJ foram para outras universidades. Ou seja, das antigas universidades federais saíram os brancos que foram reproduzindo aquele saber construído nas mais fortes. Então, uma grande rede da academia se formou totalmente branca. O que acontece agora? Agora nós temos uma segunda geração de professores, de pesquisadores que têm suas redes de pesquisa já consolidadas. É como se fosse construir um edifício nos anos 60 e naquele momento os negros não ajudaram a construir o edifício. Os brancos construíram o edifício e ocuparam todos os apartamentos. Como os negros vão entrar lá? Já tem uma lista de espera de pessoas brancas que querem entrar nesses apartamentos. Pois, cada professor, que tem a sua rede de



assistentes de pesquisas fazendo mestrados e doutorados, dará preferência à sua rede. Assim, é evidente que, no primeiro concurso que tiver, eles vão tentar colocar o aluno deles lá, o ex-aluno que está na rede deles. Então, esse jogo é para deixar os negros do lado de fora. Por isso, eles são 1% dos professores universitários e continuarão assim por cem anos se for necessário e se não for feito nada. Não vejo, sem uma ação dramática, como vamos mudar esse quadro. Eu não vejo, concretamente, nenhuma saída, a não ser a instalação imediata de cotas em todos os níveis para conscientizar as pessoas de que as universidades brasileiras nunca foram dos negros e de que nunca o negro esteve integrado na sociedade brasileira.

A diferença é que não estamos mais na época da retórica. Não estou interessado mais em discutir com o Roberto DaMatta se a teoria dele do triângulo das raças funciona ou não. Pois já tenho dados. Eu não preciso mais desse tipo de argumento. Eu quero que ele me responda o que ele vai fazer quando descobrir que a UFF, onde ele dá aula, só tem 1% de negros, o que ele vai fazer? Eu não quero saber para que serve a teoria dele. Quero que ele me responda à seguinte pergunta: ele vai colocar cotas para professor lá? Eu quero perguntar aos professores do Museu Nacional – que é o principal pólo da Antropologia brasileira e tem algo em torno de trinta professores e não tem um dedicado aos estudos afro-brasileiros – se eles vão colocar cotas para professor lá. Não é incrível? Há quinze etnólogos. É evidente que têm de estudar os índios. Mas por que não estudam os negros? Como foi possível para o Museu Nacional durante os últimos trinta anos nem sequer se colocar em questão a respeito da ausência de um especialista em estudos afro-brasileiros? É por isso que os professores universitários têm uma grande responsabilidade perante a mudança. Porque evidentemente o Estado vai entregar em grande parte essa discussão para os professores universitários. Aí eles serão incumbidos de devolver à nação uma proposta.

O aluno Sales, que vocês conhecem, que é doutorando em Sociologia na UNB, está aplicando neste momento um questionário a respeito de como os professores percebem a ação afirmativa. Se estão a favor ou contra as cotas. Quais as ações afirmativas que eles mais aconselhariam? Sabe de um fenômeno incrível? Os professores da Sociologia e da Antropologia estão se recusando a fazer entrevistas. Eles não



querem dizer o que acham das ações afirmativas. Isto é para mim um dado importantíssimo.

Na ABA, vou dar mais um exemplo, para dizer como os cientistas sociais estão se silenciando a respeito dessa questão. Terminei de vir de uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia e eu estava na mesma mesa com o professor Alex, da UFG. Assim, peço a vocês que peguem a circular da ABA do mês passado e leiam a carta que o presidente da ABA mandou. A carta diz assim: tivemos a reunião da Associação Brasileira de Antropologia com grande sucesso, havia 1500 pessoas participantes dessa reunião, daí ele diz quantas dessas pessoas vieram de São Paulo, do Rio de Janeiro; enfim, de cada uma das regiões do país. Quantas vieram da USP, da Unicamp, de Brasília, dos diversos locais. Do Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul. Do Uruguai, Argentina e do Chile. Sabe o que é interessante? Fizemos uma pesquisa de quantos negros havia na reunião da ABA, havia 10 de 1500 e esse dado não apareceu no site da ABA. Como é possível que depois de dois anos que a questão racial, a questão da ação afirmativa e das cotas estarem nos jornais o tempo todo e a ABA não debater este tema? Como não atentar para o fato de que a reunião da ABA é uma reunião de brancos? Vamos ter de ensinar aos meus colegas antropólogos que o Brasil tem 47% de negros? Será que a associação não percebeu que havia menos de 1% de negros presentes na sua reunião? É escândalo de novo! A associação tem de revisar a maneira como ela está se reproduzindo. É uma associação branca. É claro que não quer responder à pergunta sobre ação afirmativa. Assim, estamos começando a visualizar que estamos lutando contra um sistema que se estabeleceu baseado nos privilégios de uma minoria e que esse sistema não quer ser interpelado, porque, se ele for interpelado, vai ter de admitir que se reproduzem na base social privilégios. Então, como não querem entregar esses privilégios, não discutem.

Finalizo falando sobre a UnB, onde propusemos cotas.

Quando cresceu o número de universidades no país, cresceram as vagas nas universidades que foram sendo instaladas. Cresceram as bolsas de pesquisa para a pós-graduação. As redes que estavam estabelecidas por brancos na UFRJ e na USP se multiplicaram por outros lugares e foram ajudadas pelo fato de que o racismo era proibido como tema pela ditadura, uma vez que a democracia racial era ideologia do Estado. Era muito mais difícil falar desse assunto. Então, aqueles que





sabiam que o Brasil estava excluindo os negros se sentiram cômodos em calar a boca porque estavam recebendo benefícios. Os professores foram coniventes com o silêncio imposto pela ditadura militar ao racismo brasileiro. Muito fácil! A conivência permanece até hoje e nós não estamos mais na ditadura, mas estamos no mundo do privilégio. Naquele momento, eles foram coniventes porque estavam ganhando uma série de benefícios. Agora que eles estão no momento de passar o benefício para a próxima geração, aí que eles não querem saber mesmo. Então, a questão é que nós sabemos que os negros estão excluídos, sabemos que a exclusão é sistemática e que ela é fruto da reprodução de nosso sistema.

Então, o que acontece? Na UnB, estamos propondo, após esta análise, 20% de cotas do vestibular para negros. E é diferente de afro-descendentes. A nossa idéia é de que seja para negros, que a pessoa assuma o ônus de ser negro. Eu acho perigoso que seja para afro-descendentes, porque a pessoa vai jogar com as ambigüidades do sistema.

O vice-reitor da UnB já chegou a admitir que na UnB tem mais africanos do que brasileiros negros. A pessoa pensa que o negro que se vê no campus da UnB está falando um idioma estrangeiro, porque é tão raro ver um negro na UnB que se pensa que é um africano. Então, o vice-reitor já está consciente que isto é um grande problema. A UnB já está sendo construída como uma universidade racista e é bom que assim o seja. Porque ela é. Assim ela tem de enfrentar esse problema e melhorar.

Fizemos um debate em março. Nesse debate, chamamos Edna Roland, uma autoridade internacional que foi relatora da conferência de Durban; chamamos o Ivair dos Santos, do Ministério da Justiça; Roberto Martins, do Ipea. O Conselho Universitário são cinquenta membros. Nessa reunião com o fim de discutir cotas, apareceram dois professores. Os professores resolveram não comparecer à reunião, este foi o artifício deles. Agora, no mês de julho, fizemos a segunda rodada, convidamos Joaquim Barbosa Gomes, que é um jurista brasileiro e ex-aluno da UnB. Ele é o único negro nos tribunais superiores, o único negro na parte superior do Poder Judiciário, ele tem um livro escrito sobre ação afirmativa. Joaquim Barbosa falou e defendeu novamente o nosso projeto de cotas perante oito professores dos cinquenta do Conselho Universitário. Então, o reitor não tem como pôr em pauta a votação, porque aqueles que têm de votar não querem ouvir os argumentos. Em geral, os argumentos contra as cotas são argumentos muitos débeis. Então, como



eles não têm argumento, a arma maior é não ir, não comparecer para ver se esse assunto morre, para ver se ele desaparece e os privilégios continuam do jeito que estão. Não é que as pessoas são contra as cotas porque tenham algum argumento verdadeiro. Elas simplesmente são contrárias porque, se abrirem cotas para os negros, vão diminuir as cotas para as pessoas brancas: os filhos deles que querem entrar na universidade. É simples, eles vão perder uma parte dos privilégios que não querem perder.

Por isso, a palavra cota é fundamental, porque é o que mais incomoda as pessoas, incomoda porque ela não tem mais eufemismo. Não vai entrar de outro modo a não ser empurrando. É preciso colocar um argumento que deixe as pessoas envergonhadas pela exclusão que elas provocam ao longo de um século. Um desses argumentos é o de que existem apenas 14 professores negros entre 1400 na UnB. Muitas pessoas estão pasmas diante disso. Como diz a professora Rita Segato, no fundo os professores não querem aprovar as cotas para os estudantes porque, se os estudantes entrarem agora, daqui a 10-15 anos eles vão lutar para ser professores também. E é isso que eles não querem, pois já têm as vagas reservadas para os seus colegas brancos, os ex-alunos brancos deles. No fundo, eles não querem a discussão de cotas porque eles não querem negros na categoria de professores, não querem dividir esse espaço de privilégios.

Esta é a avaliação que faço. A situação está melhor porque o exemplo da UERJ encurrala esse discurso, o exemplo da Uneb encurrala esse discurso. Na semana que vem, a UFMG começa a discutir cotas. A UFRJ barra essa discussão, mas um dia tem de chegar lá. Tem de chegar à USP. E exemplos como o daqui mostram que essa discussão lentamente pode chegar na UFG. Um dia, o Conselho da UFG vai ter de colocar isso em pauta. Então falar sobre isso é o ponto mais importante. Com isso eu termino, muito obrigado.

#### Abstract

This article is based on a lecture given on August 15, 2002, when the Project Middle Passage: qualification of black students for academic research at the Federal University of Goiás was initiated. The author argues for the necessity of quotas in Brazilian universities in order to reverse the situation of absence of black students from higher education. The argument is aimed at the formation of faculty opinions because



professors are the people who will have to decide whether or not to adopt affirmative action measures in Brazilian universities.

Keywords: Affirmative Action; Quotas; Federal Universities.

